

O ESPIRALAMENTO MONOTEÍSTA ENTRE IMUNIZAÇÃO E APATIA: O CASO DO PRÊMIO GOVERNADOR DO ESTADO 2012

HELENA KATZ, CHRISTINE GREINER (PUC/SP)

RESUMO

Toda premiação revela mais do que o seu resultado. O fato do Prêmio Governador do Estado 2012 não ter sido atribuído à Ruth Rachou expõe algo que passa ao largo do mérito artístico do vencedor. Evidencia um estado de imunidade que coagula (Esposito, 2013) modos de pensar a dança e impede que se perceba o que a está vitimando: veneno e cura espiralam-se, espalhando apatia em todas as direções. O presente parece haver sido ontologizado por um processo de “editalização” monoteísta. Não é o que compartilhamos que nos aproxima, mas justamente a diversidade que nos distingue. Não se deve esquecer que fomos nós que inventamos as regras que supomos que devemos obedecer. É o momento para quebrar o encanto.

PALAVRAS-CHAVE: Imunização, “Editalização”, Ontologização do Presente, monoteísmo cultural.

THE SPIRALLING MONOTHEISM BETWEEN IMMUNIZATION AND APATHY: THE CASE OF THE GOVERNOR OF THE STATE 2012 PRIZE

ABSTRACT

Every award reveals more than the prize. The fact that the Governor of the State 2012 Prize not having been awarded to Ruth Rachou exposes something that is far from the artistic merit of its winner. It shows a state of immunity that freezes (Esposito, 2013) ways of thinking dance. We are no longer able to identify that what appears to save the Brazilian production of dance is exactly what is victimizing it: poison and cure are gathered in the same spiral, spreading apathy in all directions. The present seems to have been ‘onthologized’ by the logic of the Requests for Proposals time we live. It is not what we share that brings us together, but precisely the diversity that distinguishes us. We invented the rules that we must obey. Time has come to break the spell.

KEYWORDS: Immunization, Request for Proposals, Ontology of the Present, Cultural Monotheism.

Em 2012, o Prêmio Governador do Estado para a Cultura de São Paulo não foi atribuído a Ruth Rachou, uma de suas finalistas. Aqui se propõe uma reflexão sobre o que foi exteriorizado neste gesto, e que nada tem a ver com o mérito artístico do vencedor, o coreógrafo, bailarino e professor Luis Arrieta. O interesse é identificar que o tipo de mundo que os editais de dança vieram construindo nos últimos 27 anos no nosso país, (em 1986 foi lançado o primeiro edital para financiamento à cultura através da Lei Sarney, a primeira Lei de Incentivo à Cultura do Brasil), reproduzem o produtivismo da lógica industrial, assentado em produtos constantemente postos na vitrine, disseminando valores inadequados para lidar com a arte, sobretudo quando se prioriza o conhecimento que dela resulta. Neste tipo de lógica, não há lugar para Ruth Rachou, nem tampouco para seu legado – embora seja dele que boa parte de quem hoje produz seja devedor ou tributário.

Aqui se parte da premissa de que o aspecto consagratório do ato de premiar tem uma força para além daquilo ou de quem elege, justamente porque torna público o que nem sempre está aparente. Não se buscará o modo como o Prêmio foi estruturado, por entender que “a estrutura de uma situação, nela mesma, não entrega quaisquer verdades. Como consequência, nada normativo pode ser desenhado de um exame realista do vir-a-ser das coisas” (BADIOU, 2005: .xii).

Quando Badiou fala em verdade, diz que “a thruth is solely constituted by rupturing with the order which supports it, never as an effect of that order” (2005: xii), ou seja “ a verdade é apenas constituída rompendo com a ordem que a suporta, nunca como um efeito dessa ordem” (tradução nossa). Como vai em direção contrária à de quando habitualmente se fala em verdade, é importante sublinhar a sua concepção para evitar malentendidos, que impediriam a compreensão do jogo entre o que rompe e o que suporta uma ordem dada – compreensão essa bastante estratégica para que se consiga identificar que os editais se transformem em uma ordem imanente, não política, mas gerencial (AGAMBEN, 2007: 2011).

Na obra de Giorgio Agamben, há toda uma explicação para este fenômeno a partir dos estudos da teologia que, segundo este autor, é uma das fontes fundamentais dos dispositivos de poder com os quais convivemos ainda hoje. De alguma forma, a teologia política tornou-se totalmente secundária em relação à teologia econômica que, amparada na noção de oikonomia, tornou-se soberana. Oikonomia referia-se à administração da própria casa. Por isso, nessa passagem da política à soberania da economia, de alguma forma, ocorreu uma transição dos interesses da *polis* (cidade, instância pública) para a casa (instância privada, a vida própria e as necessidades de cada um).

O triunfo do aspecto gerencial implica na situação na qual a dança está hoje mergulhada: cada profissional de participa dos atuais modos de produção artística o faz buscando ser um bom gerente, isto é, sabendo atuar como um bom gestor dos recursos e das oportunidades de continuar a obtê-los. Como bons gerentes, dedicam-se ao aperfeiçoamento das regras de funcionamento para que os dispositivos e práticas que elas ordenam se tornem cada vez mais 'transparentes'. Não há qualquer atenção para o fato de que o critério da 'transparência' (indispensável quando se lida com dinheiro público) passou a vedar a percepção de que desapareceu dos horizontes dos editais a razão primeira do que deveria ser o seu ponto de partida: a proposta de programas de políticas públicas. Engolfados por suas demandas gerenciais – afinal, ser um bom gerente tornou-se pré-requisito para sobreviver no 'mundo editalizado' – os que povoam este mundo treinando-se no exercício da gerência, enfrentam dificuldade para uma atuação política.

Criado nos anos 1950 e regulamentado pela Lei Estadual 5380, de 22/10/1986, o Prêmio Governador do Estado foi extinto nos anos 1980 e retomado em 2010, mais alargado e abrangendo as Artes Visuais, Cinema, Música, Dança, Circo, Inclusão Cultural, Instituição Cultural e Mecenato. Em 2012, os finalistas de dança foram a Cisne Negro Cia de Dança (*O Quebra-Nozes*), Luis Arrieta (*A Ponte*), Luis Ferron (*Baderna*), Mauricio de Oliveira (*Nigredo*) e Ruth Rachou (Programa de Formação em Dança) e a votação popular elegeu *O Quebra-Nozes*. A comissão julgadora foi constituída por Ana Teixeira, Iracily Cardoso, Ana Francisca Ponzio, Nirvana Marinho e Letícia

Cocciolito. Aí estão as referências para que o leitor se inteire da situação, mas não convocaremos esses atores para nenhuma espécie de “exame realista”. Vamos em busca do que a atribuição deste Prêmio manifesta, testando nele o conceito de acontecimento (ARENDR 1953, 1980; FOUCAULT, 1978; BADIOU, 1999, 2005), entendido não como o que autentica o que já passou, mas sim como o que revela algo do que estava escondido no passado. Acontecimento como um começo (mas que se encerra nele mesmo) e que descontinua o tempo (porque irrompe nele, interrompendo o seu fluxo) e cria o seu próprio rastro. Como corta o tempo quando nele se inaugura, o acontecimento pode mudar o trajeto do passado, mexendo com a regra da causalidade entre o antes e o depois. “Cada acontecimento revela um panorama inesperado de ações, de paixões e de novas potencialidades cujo conjunto ultrapassa a soma total de todas as vontades e a significação de todas as origens” (ARENDR, 1953, 1980: 75).

São muitos os autores que explicam o acontecimento. Recorrer a esse conceito tem aqui uma função precisa: vai na direção teórico-política que guiava Foucault quando, em uma mesa redonda, em maior de 1978, pleiteava a *événementialisation* (algo como *acontecimentalização*) como um desmascaramento da situação em que uma evidência consensual se impõe da mesma maneira para todos.

Em momentos como os que hoje vivemos na dança, nos quais espalham-se a descrença (de que seja possível propor um mundo para além da regulação dos editais hoje existentes) e sua filha diletta, a apatia, somos responsáveis não pelo que aí está, mas por tomarmos uma atitude diante do que aí está. Quem sabe, o acomodamento geral que se murmura como um salmo recitado como senha de inclusão possa ser revertido em uma nova ignição para uma mudança que se faz cada vez mais imperiosa.

O acontecimento traz a surpresa de uma interrupção de fluxo temporal, criando uma diferença com o que lhe precede. Não nasce dos hábitos da situação na qual irrompe. O acontecimento inaugura-se. É da ordem da singularidade, corta o fluxo das condições preexistentes do contexto, e assim,

não cabe ser pensado a partir dos seus saberes, dos quais é dissonante porque aponta para o imprevisível.

Nem todo acontecimento é político (veja-se, por exemplo, um desastre natural, como o tsunami, ou uma inovação disruptora, como o telefone), mas se abre para a possibilidade de ser político. Um exemplo: quando Karl Marx formula a aptidão política do proletariado, traz à luz um possível que, até então, não existia. Segundo Badiou (1999), para serem políticos, os acontecimentos devem romper a situação na qual surgem.

Os editais, porque interromperam as maneiras de criar dança até então existentes, enquadram-se aí. Porque inauguraram um outro comportamento em quem faz dança, também inscrevem-se aí. Desenham um campo monoteísta, do qual só se sai desativando os dispositivos que sustentam o atual 'amén' coletivo.

Editalização Produzindo Imunidade

Voltemos a Hobbes, o iniciador da filosofia política moderna, que nos diz que o agente produtor de violência não é externo, mas a própria comunidade. Nós, humanos, nos igualamos em nossos recursos biológicos e técnicos e podemos tanto ser verdugos como vítimas, por isso nos tememos reciprocamente. Cada um, potencialmente, ameaça o outro em uma igualdade que nos reúne, e é dessa igualdade que nos acomoda em uma mesma condição que temos medo. “Não a diferença, senão a indiferença, que aproxima os homens, colocando-os literalmente um na mão do outro” (ESPOSITO, 1993,2012: 275) (tradução nossa).

O fato de pertencer a uma mesma comunidade indiferencia os membros, uma vez o ato de pertencimento os reúne, e se sobrepõe a qualquer outro traço para a constituição da comunidade. Nela, a violência pode se travestir em uma forma fluida da contaminação e criar imunização. A hipótese aqui é a de que foi isso o que a *editalização* da vida profissional produziu no ambiente artístico da dança nestes quase 30 anos. Com a instauração das Leis de Incentivo à Cultura, o edital, que não passa de uma forma jurídica de distribuição de

dinheiro público, passou a ser tratado como se fosse um programa de política cultural. Os programas nos faltam, mas nos sobram editais. Trinta anos constituem um tempo largo o suficiente para instaurar hábitos cognitivos que dificultam qualquer tipo de visão crítica para fora da clausura de um ‘mundo dado’, esse tecido pelos editais. Fica cada vez mais difícil, nesse mundo, compreender o que Foucault já nos ensinou, na sua *Hermenêutica do Sujeito* (2001, 2004): que, no mundo moderno, as subjetividades se formam a partir de assujeitamentos, isto é, que para ser sujeito, cada um se assujeita ao que faz dele simultaneamente um objeto. Se o *mundo editalizado* é pensado como um *mundo natural*, aquele que está dado e deve ser desfrutado do modo como está *naturalmente dado*, ele cria os seus próprios sujeitos, que se assujeitam às suas leis. Onde inscrever, nessa comunidade constantemente acionada pelos motores dos editais, uma figura que hoje não circula do modo como a circulação está legislada? Porque Ruth Rachou continua a circular ativamente, mas não do modo como os editais treinaram as sensibilidades. Ela permanece no fluxo da continuidade que sua atuação gestou – e que irriga muito do que hoje opera no produtivismo que tudo regula.

Como muitos dos que povoam essa comunidade chegaram ao mundo do trabalho já como seus membros, não têm qualquer referência sobre os modos de produzir dança que existiam antes dos editais desempenham o papel de uma ‘lei de funcionamento’ da dança, quando deveriam ser somente um recurso jurídico de atribuição de seu financiamento. Esposito (2008, 2013) explica o que mantém juntos aos membros de uma comunidade: “Estes membros não se ligam por um relacionamento quaisquer, mas precisamente por um *munus* – uma *tarefa, obrigação, ou lei*” (tradução nossa). Comentando sobre uma outra significação de *munus*, chamando a atenção de que ela está mais perto dessa primeira acepção do que pode parecer, continua: “t”eles estão ligados por um *gift*, mas por um *gift* que é mais para ser dado do que recebido. Por consequência, mesmo nesse segundo caso, eles estão atados por uma “obrigação”. Membros de uma comunidade são tais que e porque são atados por uma lei comum” (ESPOSITO, 2013: 14, tradução nossa).

O tema das comunidades vem sendo discutido há algumas décadas, mas é preciso prestar atenção nos diferentes significados que o termo sugere. Espósito e Nancy (1986) enxergaram um ponto em que a estrutura da comunidade tradicional se rompeu. Este ponto foi justamente o comum da comunidade, um comum antes apresentado como substância, como o território, a língua, etc, mas que passou a ser reconhecido como uma dívida (*munus*), um compromisso com o outro (com a abertura, com o *cum*).

Cum seria, neste sentido, algo que nos expõe: nos colocam uns de frente aos outros, nos entrega uns aos outros, nos arrisca uns contra os outros e nos entrega à experiência que não é outra coisa senão a de ser com o outro. Não é este tipo de comunidade que os editais acionam.

Espósito explicou a distinção fundamental das duas perspectivas para compreender a comunidade: a substancialista e a dessubstancialista. A perspectiva substancialista da comunidade abarca boa parte da filosofia política tradicional e parte sempre dos indivíduos pré-constituídos, fundindo-os num corpo maior. Na perspectiva dessubstancialista, parte-se da relação do compartilhamento, e a partir daí seria possível despontar um pensamento de comunidade, coerente com a noção de *communitas*.

Em uma direção bastante diferente disso, a comunidade nascida dos editais, faz da disputa a sua “lei comum”. Uma disputa atrelada ao rodizamento calcado na inclusão pela exclusão (AGAMBEN, 2002): agora alguém é escolhido, depois não é mais, mas espera acomodadamente porque sabe que, mais adiante, poderá novamente ser a sua vez. Esse passa a ser o comportamento comum produzido pela ‘lei comum’. Ao estabelecer as condições de produção, o edital normatiza o que pode ser produzido (os objetos) e o comportamento comum dos membros (os assujeita) ao que, no seu caso, é a violência da disputa.

À princípio, não era muito evidente, mas hoje se identifica que a *editalização* empurrou cada um para dentro de seus interesses ou seja, na direção contrária à da comunidade. Enquanto a comunidade põe os indivíduos em contiguidade, levando-os para o encontro dos outros, o movimento de

cuidar do que é somente particular afasta todos de todos, evitando o risco que a obrigação com o outro traz. Não se trata somente de retirar os sujeitos da comunidade, mas sim de uma operação mais comprometedora, pois a necessidade de ocupar o lugar disponível à custa do outro não ocupá-lo antes termina por imunizar a todos para a potência do bem comum. “O que é a imunização se não a interiorização preventiva do que está fora, a sua apropriação neutralizadora?” (ESPOSITO, 2013: 49, tradução nossa).

Segundo Esposito, a necessidade de proteção se espalhou em tal medida que a imunização, que antes pertencia somente aos campos médico e jurídico, se tornou um “ponto de coagulação, tanto real como simbólico, da existência contemporânea” (2013: 59, tradução nossa). Para sustentar o que afirma, chama a atenção para a projeção que a imunologia, a ciência que estuda os processos de imunização, ganhou socialmente, exportando o seu vocabulário para toda a sociedade. Maturana e Varela já haviam chamado a atenção para isso (1991), mas não poderiam ter previsto a extensão nem a proporção que tomaria em um mundo no qual barreiras e muros não param de ser erguidos para evitar tudo o que ameaça ou parece ameaçar a vida, mesmo quando a ameaça pode nem ser procedente ou justa.

Como se sabe, para vacinar contra uma doença, é necessário introduzir no corpo a dose tolerável do seu vírus. O remédio que fará evitar o mal é feito dele, quase um paradoxo porque “quase como se para salvar a vida dos outros, fosse necessário que eles experimentassem a morte” (ESPOSITO, 2013: 63, tradução nossa).

Quando ligou tato, contato e contágio, Elias Canetti nos ajudou a perceber que o risco de se contaminar promove a necessidade de se evitar o contato, suprimindo os relacionamentos mediados pelo tato (ou seja, pelo corpo). Cada qual no seu quadrado porque a imunidade não desestabiliza somente a necessidade de fazer parte de uma comunidade, mas também cada um de seus membros em relação aos outros.

Os imunizados da possibilidade de viverem em comunidade estão também na ‘ontologia do agora’, que se instaura fora da historicidade: o mundo

da dança reduzido ao que agora existe. Um agora que não continua o que lhe precedeu e tampouco acomoda a noção de um outro possível, que o negue, abandone, modifique. Nesse ‘agora’, ontologizado pela editalização gerenciadora de sensibilidades, comportamentos, sociabilidades e processos de criação, não cabe uma Ruth Rachou, infelizmente. A sua ação como formadora transgride a epocalização histórica e chega até hoje. Mas é de uma outra forma – aquela, duradoura, que não combina com o monoteísmo produtivista do agora ontologizado.

Quem nos conduz para fora desta clausura é a evolução.

Os mais capazes de sobreviver e reproduzir transmitem as características que o permitem assim funcionar a seus descendentes, e isso provoca a evolução dos traços (e não dos seres, como muitos pensam) que mais beneficiam o organismo a poder continuar operando dessa maneira (KATZ e GREINER, 2001: 73).

“as carreiras estão no prato. está aberta a temporada dos editais. existem centenas de fissurados. as carreiras são poucas. as pessoas que se juntaram para reclamar do dono da boca, agora vão se engalfinhar. é cada um por si e contra o outro. forma satânica de desenvolver a produção artística. de alimentar o ego. arte está ligada à educação, ao encontro, à conversa, à uma forma mais criativa e digna de todos viverem a vida. não deve ser um bibelô para decorar ambientes, combinar com a parede ou o vestido. em vez de editais, bolsas às pesquisas de linguagem e criar um grande circuito universitário colegial de modo que a arte entre nas escolas como forma de potencializar o conhecimento. aí quem sabe em alguns anos, o artista possa viver dignamente de bilheteria e do reconhecimento do público, numa sociedade mais cordial e bem informada. enquanto o artista for presa fácil dessa droga, querendo apenas adiantar seu lado, a arte vai ser apenas uma forma de competir, fazer carreira, para o artista se sentir arrogantemente poderoso. até que passe o efeito da droga e ele tenha que cheirar mais mais mais. quem sabe um dia ele descubra que seu corpo pode produzir essa sensação de prazer. seu corpo junto com outro com outro” (declaração que circula na internet e é atribuída ao poeta CHACAL)

quase como se para salvar a vida dos outros, fosse necessário que eles experimentassem a morte (ESPOSITO, 20013:63, tradução nossa).

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O Reino e a Glória*. São Paulo: Boitempo, 2007, 2011.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o Poder Soberano e a Vida Nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- BADIOU, Alain. *Compêndio de Metapolítica*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- BADIOU, Alain. *Being and Event*. Londres e New York: Continuum, 1988, 2005.
- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- DOSSE, François. *Renascimento do Acontecimento. Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. Tradução de Constancia Morel. São Paulo: Editora Unesp, 2010, 2013.
- ESPOSITO, Roberto. *Terms of the Political. Community, Immunity, Biopolitics*. Tradução de Rhiannon Noel Welch. New York: Fordham University Press, 2008, 2013.
- ESPOSITO, Roberto. *Diez Pensamientos acerca de la Política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1993, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, 2004.
- MATURANA, Humberto R. e VARELA, Francisco J. *A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Editorial Psy, 1991.
- NANCY, JEAN-LUC. *La communauté désœuvrée*. Paris: Christian Bourgois Editeur, 1986.

Christine Greiner

Professora na Pontifícia Universidade Católica São Paulo, Coordenadora do Centro de Estudos Orientais.

Helena Katz

Professora na Pontifícia Universidade Católica São Paulo, Coordenadora do Centro de Estudos em Dança, Crítica de Dança do jornal O Estado de S. Paulo.